

**Universidade Estadual de Campinas**  
**Faculdade de Educação**



1290002770



FE

TCC/UNICAMP M389b

**Mariana Massucato**

**UM BRASIL BRASILEIRO:**  
Estudo do Nacionalismo durante o  
Estado Novo (1937-1945)

**Campinas**  
**2005**

200606213



**Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação**

**Mariana Massucato**

**UM BRASIL BRASILEIRO:  
Estudo do Nacionalismo durante o  
Estado Novo (1937-1945)**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, para a obtenção do título de Bacharel em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. José Luis Sanfelice.

**Campinas  
2005**

UNIDADE:	F. E
Nº CHAMADA:	700 UNICAMP
	113896
V:	
TOMBO:	2440
PRGC:	123/2006
C:	D. X
PREÇO:	
DATA:	24/03/06
Nº CPD:	34884

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Massucato, Mariana.  
M389b Um Brasil brasileiro : estudo do nacionalismo durante o Estado Novo  
(1937-1945) / Mariana Massucato. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : José Luís Sanfelice.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954 - Política e governo. 2. Educação –  
Brasil - História. 3. Brasil - História - Estado Novo, 1937-1945. I. Sanfelice,  
José Luís. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Educação. III. Título.

05-245-BFE

**Dedico este trabalho aos meus amigos que agüentaram todo meu mau-humor, e a minha mãe que meu deu todo o apoio necessário.**

*Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia extática, como o arrebatamento de espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica, transfigurava o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um Deus: é a Pátria, que se instala no seu espírito. O professor, quando professa, já não é um homem; a sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra, que ele dá ao discípulo, é como a hóstia, que, no templo o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade.*

*(Olavo Bilac)*

## **Resumo:**

A educação desse período foi muito marcante pois foi a partir dela que houve a assimilação do nacionalismo, ideologia segundo a qual o indivíduo deve lealdade e devoção ao Estado Nacional que impõe seus ideais aos cidadãos como forma de sobreviver como unidade. Foi controlando os conteúdos educacionais, e assim controlando a sociedade, que Getúlio Vargas se manteve à frente do governo brasileiro durante quinze anos, com uma ampla aprovação, contendo revoltas e pensamentos contrários ao ideal nacional.

O Estado transformou a cultura numa área de atuação política e essa característica perdura até hoje. Vargas mobilizou grande parte da alma e da energia da nação. Carlos Lessa afirma que “*o que somos, hoje, somos em grande parte como um produto da era Vargas*” (LESSA, 2004, p.02), pois o Estado e a sociedade dirigente continuam a utilizar a educação como meio de se manter no poder: formando alunos não críticos ou somente para as demandas do mercado de trabalho, não ensinando as crianças a pensar e refletir.

O setor educacional foi utilizado de uma forma demagógica para promover o regime ou, melhor dizendo, para promover Vargas. Nas célebres concentrações cívicas era freqüente a presença de estudantes que deveriam ouvir e aplaudir as realizações do regime. Característica também encontrada nos regimes totalitários da Alemanha nazista e da Itália fascista, que também utilizavam o nacionalismo de maneira exacerbada para o controle intelectual da população.

A dificuldade é encontrar documentos que comprovem isso tudo, grande parte deles foram destruídos pelo tempo, falta de interesse, ou até mesmo como “queima de arquivo”, pois se tratava de um governo ditatorial. Neste trabalho estou me baseando em livros, revistas e as leis orgânicas de ensino da época, que traduzem as idéias transmitidas à população.

## **Índice**

<b>1. Introdução</b>	<b>2</b>
<b>2. História geral do período</b>	<b>4</b>
<b>3. O nacionalismo</b>	<b>10</b>
<b>4. O nacionalismo na educação</b>	<b>14</b>
<b>5. O DIP e o culto a imagem de Vargas</b>	<b>22</b>
<b>6. As solenidades cívicas</b>	<b>29</b>
<b>7. Características da educação</b>	<b>32</b>
<b>8. Conclusões</b>	<b>40</b>
<b>9. Referências bibliográficas</b>	<b>42</b>

## 1. Introdução

A idéia de um estudo sobre a educação brasileira em sua fase estadonovista nasceu, de um lado, da necessidade de um melhor conhecimento deste período e, de outro, do que ele pode representar para a compreensão mais abrangente do quadro atual da educação em nosso país.

A educação desse período foi muito marcante, pois a partir dela houve a assimilação do nacionalismo, ideologia segundo a qual o indivíduo deve lealdade e devoção ao Estado Nacional que impõe seus ideais aos cidadãos como forma de sobreviver como unidade. Foi controlando os conteúdos educacionais, e assim controlando a sociedade, que Getúlio Vargas se manteve a frente do governo brasileiro durante quinze anos, com uma ampla aprovação, contendo revoltas e pensamentos contrários ao ideal nacional.

A política cultural era marcada pela busca de uma identidade nacional.

No Estado Novo, a cultura seria o cerne da nacionalidade. Entendia-se que não seria possível reconstruir uma nacionalidade sem ter como base a cultura (...). O Ministério da Educação é uma peça fundamental no processo que os intelectuais da época chamavam de cultura política. (BILLI, 2004, p.02)

Assim, o Estado transformou a cultura numa área de atuação política e essa característica perdura até hoje. Vargas mobilizou grande parte da alma e da energia da nação. Carlos Lessa afirma que “*o que somos, hoje, somos em grande parte como um produto da era Vargas*” (LESSA, 2004, p.02), pois o Estado e a sociedade dirigente continuam a utilizar a educação como meio de se manter no poder: formando alunos não críticos ou somente para as demandas do mercado de trabalho, não ensinando as crianças a pensar e refletir.

O período aqui foi delimitado ao Estado Novo (1937-1945) porque a partir de 1930 o nacionalismo deixou de ser questão de interesse apenas para os intelectuais, constituindo-se numa questão política assumida pelo Estado que levou com mais vigor o amadurecimento da identidade nacional. O triunfo do nacionalismo, todavia, só seria completo no Estado Novo. O povo passou a se identificar com a nação, seus ideais eram idênticos aos ideais do Estado, e conseqüentemente de toda a nação. Segundo Francisco Campos “*o valor supremo não é o homem, mas a nação e o Estado, aos quais o homem deve sacrifício do corpo e da alma*”. (CAMPOS, 1940, p.11)

O setor educacional foi utilizado de uma forma demagógica para promover o regime ou, melhor dizendo, para promover Vargas. Nas célebres concentrações cívicas era freqüente a presença de estudantes que deveriam ouvir e aplaudir as realizações do regime uma característica também encontrada nos regimes totalitários da Alemanha nazista e da Itália fascista, que utilizavam o nacionalismo de maneira exacerbada para o controle intelectual da população.

A dificuldade é encontrar documentos que comprovem isso tudo, pois grande parte deles foi destruída pelo tempo, falta de interesse, ou até mesmo como “queima de arquivo”, pois se tratava de um governo ditatorial. Neste trabalho estou me baseando em livros, revistas e nas leis orgânicas de ensino da época, que traduzem as idéias transmitidas à população.

## 2. A Era Vargas (1930-1945)

O período intitulado Era Vargas começa em 1930, com o golpe e início do governo provisório, à 1945, com o fim da Segunda guerra mundial e a oposição do exército e dos industriais que leva a queda de Vargas. O período apresenta um governo autoritário e centralizado, caracterizado pelo populismo, nacionalismo, trabalhismo e forte incentivo à industrialização.

Durante esses quinze anos o Brasil sofreu grandes transformações: a sociedade urbana cresceu em relação à sociedade agrária; a indústria ampliou seu espaço na economia nacional; a burguesia empresarial das cidades aumentou seu poder sobre as tradicionais oligarquias agrárias; a classe média e o operariado cresceram e conquistaram espaços na vida política do país.

### O regime provisório

abriu um novo e agressivo capítulo na vida brasileira: dinâmico e professadamente revolucionário, refletia as aspirações das novas forças sociais emergentes. E, todavia, o Brasil permaneceu basicamente conservador, paternalista e dominado pelo governo pessoal de Getúlio (...). Em 11 de novembro de 1930, expediu um decreto-lei que dava poderes virtualmente ditatoriais ao governo. Dissolveu também o Congresso Nacional e os órgãos legislativos estaduais e municipais, reservando-se poderes absolutos para nomear e demitir funcionários públicos. (LEVINE, 1980, p.32)

Diante da confusão geral e das dificuldades herdadas do governo anterior um problema fundamental se erguia: o de manter-se no poder. E só isso já reunia em si uma série de problemas. Em primeiro lugar o da própria sobrevivência nacional: o país devia produzir, exportar, importar... e isso em meio de uma crise econômica internacional (com a quebra da bolsa de Nova York em 1929), que atingia nesse momento seu auge. A organização dos Estados encontrava-se numa confusão ainda maior. A situação política

dos Estados foi aos poucos sendo resolvida com a nomeação de interventores. Começa assim o país, em princípios de 1931, a viver politicamente.

A oligarquia paulista fez forte oposição ao governo de Vargas, pois nele se concentravam a antiga aristocracia rural do café que durante 36 anos havia dominado o país, sendo o único Estado que, em seu conjunto, se mantinha fiel ao presidente deposto Washington Luís e possuía uma frente revolucionária.

O sentimento de revanche, as circunstâncias do momento e principalmente a vontade da retomada do poder dos derrotados políticos resultaram, em 1932, na Revolução Constitucionalista, que teve o apoio das massas pois fora feita uma propaganda muito bem articulada contra o governo provisório e também pela situação de desemprego e fome que essa população estava enfrentando.

Para que a “revolução” não parecesse um movimento puramente paulista houve o levantamento de uma bandeira nacional cuja palavra de ordem era a “reconstitucionalização do país”.

As tropas paulistas foram massacradas porém conseguiram uma vitória: a promulgação da constituição em 1934. Essa constituição estabelecia que o primeiro presidente seria eleito de forma indireta e assim Vargas continuou no poder.

A nova constituição não difere em essência da anterior, a de 1891: é uma Constituição de uma sociedade de proprietários visando seu domínio sobre os não-proprietários. Esta constituição durou pouco mais de um ano pois em 1935 seus efeitos foram suspensos em virtude do Estado de sítio do qual o Brasil somente saiu para entrar no Estado Novo.

Embora Vargas

afirmasse, de tempos em tempos, a sua intenção de deixar o poder ao termo de seu quadriênio, o governo marchava inevitavelmente para o autoritarismo. Se, por um lado, a

reserva pública do presidente dava esperanças a alguns, a configuração do futuro transparecia claramente na declaração do estado de sítio por 90 dias, em dezembro de 1935, e sua prorrogação por cinco períodos consecutivos. As promessas revolucionárias da Aliança Liberal pouco a pouco se esfumavam. Em 10 de novembro de 1937, Vargas, com maciço suporte militar, promulgou uma carta constitucional, cancelou as eleições presidenciais e assumiu poderes ditatoriais. (Idem, p.95)

Logo após a violenta dissolução da ANL em 1935, usada como instrumento para consumação do plano continuísta de Vargas, o Congresso aprovou duas emendas a Constituição que anulavam certas regalias militares, transformando o desprezo dos militares pelos deputados em ódio. Nesse caso, como o Congresso criava obstáculos às reformas, só havia um jeito de resolver este problema: dissolvê-lo.

Incentivado pelos militares, que discutiam com Vargas a situação do país, houve a opção por um golpe de Estado. Era o que Getúlio queria: um golpe de Estado sem que a iniciativa partisse dele. Daí por diante toda sua política se desenvolve nesse sentido – continuar.

Em 1936, enquanto dois candidatos, escolhidos por Getúlio, preparavam sua campanha política, ele preparava calmamente o seu golpe. Já nesse mesmo ano encarregou Francisco Campos de preparar uma nova Constituição.

LEVINE (1980) explica que em 28 de setembro de 1937 o ministro da Guerra, General Dutra, disse ao programa de rádio Hora do Brasil, exigindo um novo estado de sítio em resposta ao suposto plano Cohen. Um plano subversivo, traçado no exterior, para a implantação do comunismo no Brasil, incluindo o assassinato de centenas de figuras da política brasileira. Numa seção extraordinária, na calada da noite, vinte itens do artigo da Constituição de 1934 que tratavam dos direitos e liberdades foram suspensos, então, por decreto do executivo.

Foi criada na população e nos políticos que não apoiaram a idéia continuísta de Vargas uma expectativa, algo estava para vir, e não era boa coisa.

Às 10 horas da manhã estava o fato consumado e já o povo podia ler, entre surpreso, estarrecido e apático, no Diário Oficial, a nova Constituição outorgada. Tropas são colocadas à frente das duas casas do Congresso para impedir a entrada dos “representantes do povo”. Algumas autoridades e comandos militares são substituídos. E nada mais resta da velha República Nova. (BASBAUM, 1975, p. 97)

Na noite do dia 10 de novembro de 1937, Vargas falou à nação pelo rádio do seu escritório no Palácio Guanabara. Explicou que o golpe fora executado a fim de salvar a nação de candidatos presidenciais demagógicos e oportunistas e pediu firme autoridade para poder fazer face às necessidades econômicas do país e pôr fim ao divisionismo político. Fora compelido a agir, disse, em atenção ao apelo de brasileiros patriotas.

Assim,

sob o signo da mentira, O Estado Novo fincou suas raízes. Ao justificar o golpe como iniciativa que vinha ao encontro das legítimas aspirações de todos os brasileiros, cínicamente se armou um quadro de terror e ameaças. (LENHARO, 1986, p.99 )

Getúlio se apoiava na propaganda política e no desenvolvimento de um nacionalismo exacerbado para garantir a ordem das massas, impedindo mudanças mais profundas.

A nova Constituição de 1937 (A Polaca) era completamente diferente das que a antecederam, em essência. Ela foi atualizada dentro das correntes e princípios fascistas. O mais importante desses princípios era a morte do liberalismo. A nova Constituição dispensava o congresso, o sistema representativo, enquadrando-se no sistema ditatorial fascista que enfeixava em uma só mão os poderes legislativo e executivo. E mais tarde o

Tribunal de Segurança e o judiciário. Foram fechados, também, todos os partidos políticos.

O lema do Estado era: Deus, Pátria e Família. Lema este apoiado por muitos representantes das forças armadas e, sobretudo pela Igreja Católica.

Com o crescimento do nazismo e fascismo na Europa e a então declaração de guerra (1939) o Estado Novo sentia-se seguro pois era fascista em essência. Getúlio não tinha, todavia, coragem para aliar-se ao Eixo (Itália, Alemanha e Japão), pelo menos abertamente, e proclama a neutralidade do país porque historicamente e economicamente o Brasil estava amarrado aos norte-americanos e ingleses, fornecedores e consumidores tradicionais.

Quando a Alemanha consegue invadir a França (1940) a neutralidade é arquivada e o Brasil se aproxima abertamente do nazi-fascismo. Os Estados Unidos iniciou então uma pressão diplomática visando mudar a atitude brasileira. Assim, devida a dependência financeira, desde janeiro de 1941 estabeleceram-se bases navais norte americanas no litoral brasileiro, trampolim para África.

Navios brasileiros foram abatidos por alemães e o povo, indignado, passa a exigir que o Brasil entre em guerra. Em agosto de 1942 o Brasil declara-se em estado de guerra com as nações do Eixo. No ano seguinte o governo organiza um corpo expedicionário e em 1944 embarcam para Itália.

Nesse mesmo ano começam as campanhas populares pela anistia e a derrota do nazismo não oferecia dúvidas. Em toda parte renascia o velho liberalismo e as formas democráticas de vida política, significando sobretudo liberdade de opinião e de organização. (BASBAUM, 1975, p.130)

A derrota internacional do nazismo permitiu iniciar intensa propaganda em favor dos princípios democráticos no Brasil. A presença de soldados brasileiros entre as tropas que combatiam a Alemanha e a Itália, foi um fator da mais alta importância para o retorno do Brasil às condições democráticas de vida. Terminada a guerra no segundo semestre de 1945 festejava-se não só a vitória das forças Aliadas, mas também o enterro da ditadura pois não se podia admitir que permanecesse aqui o mesmo regime que haviam destruído na Europa.

Até os militares perceberam que era necessário mudar, preferivelmente de modo pacífico e pelo próprio governo (enquanto era tempo). Os partidos políticos voltavam a se articular. É decretada a anistia e dias após Getúlio concede a legalidade ao PCB, eleições foram marcadas para 02 de dezembro, o registro de partidos processava de acordo com a nova lei eleitoral, seria convocada a constituinte e começaria, naquela data, nova vida no país.

Havia declarações dizendo que a única garantia da realização de eleições seria a renúncia de Vargas e a entrega do governo ao poder judiciário. Os militares em 29 de outubro de 1945, impõem a ele a renúncia. “*Vargas aceita sem luta, sem tiros, como soem fazer-se as coisas no Brasil.*” (BASBAUM, 1975, p.140)

### 3. O Nacionalismo

O Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro diz em linhas gerais que o termo nacionalismo

tem sido aplicado de modo genérico em nosso país – pelo menos desde as décadas de 1940 e 1950 – para definir, tanto positiva quanto negativamente, o conjunto de práticas e posições políticas que se destinam a defender a soberania política e econômica do país através de intervenção econômica do Estado. (BRASIL, s/d, s/p)

O nacionalismo assume inúmeras formas e pode-se originar com base em diversas necessidades: de uma comunidade étnica, religiosa ou cultural, sob dominação, para tornar-se independente; de um grupo ou comunidade para impor sua nacionalidade e se transformar em soberano no Estado; ou de o próprio Estado-Nação impor seus ideais aos cidadãos como forma de sobreviver como unidade.

O sentimento patriótico é o amor à pátria como a si mesmo. Nada de grande e essencial se faz na história sem o amor à pátria, e não somente na política e na sociedade, como na poesia, nas artes e no pensamento. KUJAWSKI (1997, p.03) diz que *“na vibração patriótica, meu projeto pessoal se soma ao projeto coletivo e se alarga e enriquece com este. Na vida dos grandes homens o seu melhor eu é a pátria.”*

Segundo o autor a diferença entre o nacionalismo e o patriotismo está em que o nacionalismo identifica o princípio nacional com coisas inertes e estáticas, o povo, a terra, as tradições, a língua, o Estado, transformando-os em fetiches absolutamente intocáveis. Já o patriotismo toma todo este lastro material como matéria-prima do verdadeiro princípio nacional, que é o projeto de vida em comum, energia dinâmica e plasmadora, sopro de vida animando o arcabouço material da nação, infundindo-lhe direção e sentido.

Ser nacionalista é repelir com veemência a participação das idéias, da cultura, da tecnologia e do capital estrangeiro como lesivos ao interesse do país e como dissolventes do caráter nacional. Ser patriota é não temer nada do que vem de fora, mas selecioná-lo, separando o joio do trigo, assimilá-lo e reproduzi-lo de forma nova, criadora e caracteristicamente nacional. O patriotismo procura a medida da pátria na sua verdade. O nacionalismo faz da pátria a medida da verdade.

Segundo o autor LAUERHASS Jr. (1986) o nacionalismo foi a idéia-força que guiou a transição da sociedade tradicional para a moderna. É nos momentos de crise que cresce a consciência dos problemas nacionais, procura-se soluções e busca-se um ideário para construir ou reconstruir a nação.

Em suas manifestações o nacionalismo tem-se mostrado em três níveis distintos mas inter-relacionados: o ideológico, o institucional e o popular. Ideologicamente, é encontrado em escritos que, habitualmente, começam com uma crítica da sociedade existente e, em seguida, oferecem um plano para a renovação ou realização nacional. Institucionalmente, conquanto jamais seja por si mesmo uma instituição, assegura, com freqüência, a base para um movimento de massas, um partido político, uma constituição, ou pode expressar-se, de maneira significativa, através de várias organizações educacionais, propagandísticas, militares, trabalhistas, empresariais, feministas, juvenis, esportivas, profissionais ou culturais. Também pode ser institucionalizado simbolicamente em bandeiras, festividades, monumentos, canções e preces, ou pode ser personificado em heróis nacionais. Do ponto de vista popular, manifesta-se através de cidadãos que têm uma fé implícita na supremacia da nação, uma fé que é tacitamente conservada em tempos normais, mas proclamada com entusiasmo, ou mesmo com fervor, nos momentos de crise. (Idem, p. 48)

O nacionalismo é um fenômeno histórico relativamente recente.

Surgiu na Europa do século XVIII, como uma ideologia que combinava o patriotismo (sentimento muito mais antigo, envolvendo a devoção à terra natal e a disposição de defendê-la), as teorias da soberania em voga e o estadismo com as nascentes idéias de nacionalismo ( a consciência de se pertencer a um grupo nacional culturalmente distinto, muitas vezes supostamente superior a todos os outros). No fim daquele século, o nacionalismo estendeu-se nos planos institucional e popular, através da Revolução Francesa, quando foi derrubada a monarquia e estabelecida uma república, em nome do povo francês. O novo Estado francês teve de adaptar-se à nação cultural, e a nova ordem social passou a depender do talento individual, e não dos privilégios herdados (Idem, p.52)

No decorrer do século XIX, a ascensão do sentimento nacionalista coincide com a Revolução Industrial, que promove o desenvolvimento da economia nacional, o crescimento da classe média, a exigência popular de um governo representativo e o desejo imperialista.

O autor continua dizendo que o nacionalismo espalhou-se rapidamente para outros países europeus, e, ao mesmo tempo, variedades do proto-nacionalismo abriram caminho em algumas possessões européias ultramarinas, fortalecendo as aspirações de independência. A partir de então, tem havido uma crescente tendência, por parte da Nação-Estado, de relegar tanto o tradicional Estado dinástico na Europa como o território colonial fora de lá. Essa tendência, todavia, limitou-se principalmente ao mundo europeu, inclusive às Américas, no século XIX, só adquirindo significação global no século XX.

Somente a partir de 1930 observou-se uma identificação mais ampla e mais geral com o Brasil. Então, como o grupo dirigente passou afinal a considerar o Estado como corporificação política da nação, tanto a procura como o amadurecimento da identidade nacional foram levados a cabo com mais vigor, não apenas por intelectuais isolados, mas como questão política, por intermédio da maquinaria governamental: a burocracia, o sistema educacional e o exército. Em consequência, tornando-se a nação mais

claramente definida e melhor conhecida, o povo, ao mesmo tempo, com ela se identificou de maneira mais acentuada.

O nacionalismo constituiu-se em

uma ideologia correspondente à participação política das classes populares sobre o controle populista. Trata-se de uma ideologia de consagração do Estado que corresponde a grupos políticos tecnocráticos e militares no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele, os quais definem uma estratégia para o Estado diante dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do país. A ideologia nasce, portanto, dentro do Estado ou em associação com ele, embora pretendendo traduzir os interesses gerais do povo, (...) além da ilusão de que o desenvolvimento beneficiaria igualmente classes sociais com interesses opostos, o nacionalismo cultivou a crença de que o Estado, sendo o propulsor do desenvolvimento, representaria os interesses gerais da sociedade (...) ocultando a realidade do Estado enquanto instrumento de dominação de classes. (TEIXEIRA, s/d, p.02)

#### 4. O Nacionalismo na educação

Em princípio podemos perceber que pouca coisa mudou substancialmente na forma de encarar a educação que foi dada pelos jesuítas. Isso somente foi mudar quando sua ideologia, que alimentava o sistema, e estrutura passaram a se chocar com o contexto em que estavam inseridas. As formas que se organiza o poder se relacionam diretamente com a forma em que se organiza o ensino, porque o legislador é um representante dos interesses políticos de uma determinada camada que o elegeu.

Conforme explica ROMANELLI (1991) a crise do sistema educacional brasileiro se manifestou a contar dos momentos em que os fatores econômicos, culturais e políticos deixaram de atuar harmonicamente. Isso se deu por volta dos anos 20. Até aí nenhuma reforma de caráter nacional havia sido empreendida.

É preciso que se leve em conta o nível de preocupação que o governo vinha manifestando para a reconstrução do sistema educacional. No calor idealista do início da primeira República brasileira, havia sido criado o ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, que teve vida efêmera, malgrado as boas intenções de Benjamim Constant, autor de uma reforma cuja lei mais ampla não chegou a ser posta em prática. Reunindo num só órgão a administração de coisas tão díspares, denunciava o grau de importância que assumia, para as classes dirigentes do momento, a educação do povo.

Depois disso o que se viu foi a educação posta à margem das preocupações dominantes ficando como um departamento, quase fictício, do ministério da Justiça e assim permanecendo até 1931. Reformas de teor nacional começaram com as leis e reformas de Francisco Campos, ministro da educação dessa época.

A chamada reforma Francisco Campos efetivou-se através de uma série de decretos: a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto 19.850), a organização do ensino superior no Brasil (Decreto 19.851), organização da Universidade do Rio de

Janeiro (Decreto 19.852), dispõe sobre a organização do Ensino Secundário (Decreto 19.890), regulamentação da profissão de contador (Decreto 20.158) e consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (Decreto 21.241).

Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era a primeira vez imposta a todo o território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. (ROMANELLI, 1991, p. 131)

As mudanças ocorridas no sistema educacional foram um desfecho de mudanças que começaram muito antes: o crescimento da demanda potencial e social de educação resultante do crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização, que ocasionou a evolução dessa mesma população.

CUNHA (1981, p.73) diz que

as idéias educacionais, que empolgavam o mundo nessa época, chegaram ao Brasil, gerando um clima de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, assim, começam a ser divulgados, de uma maneira mais sistematizada, os princípios do movimento europeu e norte-americano rotulados como Escola Nova.

O entusiasmo pela educação caracterizar-se ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O “otimismo pedagógico” manteria, do “entusiasmo”, a crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da nova pedagogia na formação do homem novo. A ênfase na qualidade do ensino em detrimento da simples difusão da escola não foi decorrente de razões pedagógicas, mas políticas. Dependendo de sua qualidade, a educação foi claramente valorizada, como instrumento de controle social.

CARVALHO (1998) explica que nesse período uma mentalidade revolucionária vinha se formando numa atmosfera carregada de eletricidade que se desfechou num movimento ascensional pelo “novo”, a revolução concretizou algumas das principais aspirações do movimento educacional: já se havia criado uma consciência educacional, e algumas aspirações de cultura. Já se integravam no programa de uma corrente bastante forte para deixar de fluir sobre o governo revolucionário e encontravam, no novo ambiente, as condições mais favoráveis à sua execução. O Estado Novo vinha repor em seu curso correto a marcha avassaladora do novo sobre o velho, depurando-a. O novo tem acepção pela unificação do sistema educacional em nível nacional por uma política orgânica traçada pelas elites governantes, em outros termos, o que era entendido por uma política nacional de educação.

A autora continua dizendo que renovadores e tradicionalistas moviam-se num mesmo campo de debates. Propunham a questão educacional preponderantemente da ótica da formação da nacionalidade. Por isso, nas propostas, as semelhanças eram mais relevantes que as diferenças. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da nacionalidade, tais propostas privilegiam não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade.

BOMENY (2000) afirma que Francisco campos procurou se identificar com os setores mais radicais do novo regime. Isto era formulado em termos de uma ideologia que afirmava a necessidade de criar um governo forte, dotado de uma ideologia social bem definida. Esta estratégia tinha duas conseqüências. Uma era a necessidade de enfraquecer a política tradicional e substituí-la por uma estrutura política própria. A outra era a de envolver a Igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e legitimadora política para a nova ordem que se buscava estabelecer. Havia uma similaridade entre este projeto e os regimes fascistas e totalitários que começavam a se instalar na Europa nessa época, pois somente um Estado portador de uma ideologia

específica e precisa desenvolveria a grande missão pedagógica e técnica em torno de um eixo ideológico definido, o que garantia uma eficácia ímpar no esforço de condução das massas.

Francisco Campos dizia que

reserva-se o reino da racionalidade para aquele que comandará a ação política, sendo esta bem sucedida se garantida pela aceitação total por parte das massas, reduzidas ao estágio da irreflexão, de irracionalidade e da submissão que deriva do êxtase diante da pessoa do chefe. O regime político próprio às massas é o regime da ditadura, do apelo, e não o da escolha. (CAMPOS, 1940, p.81)

Outro exemplo dessa aproximação é a seguinte fala

nós vemos o surto expansionista dos países fortes, que se concentram fazendo-se potentíssimos pelo armamento e tendem para o alargamento de suas fronteiras e conquistas externas, como se pode provar com fatos reais, como sejam a absorção da Áustria pela Alemanha e a anexação à Itália da Abissínia e o domínio do Japão sobre a China, e temos certeza de que, para defender-nos, temos de nos fazer fortes. (SILVA, 1939, p.66)

Nesse mesmo ano (1931) foi realizada a IV Conferência nacional da Educação, para tratar do problema da educação popular. Estiveram presentes Getúlio Vargas e Francisco Campos. Foi discutida a necessidade da criação de um documento que consubstanciasse o sentido fundamental da nova política brasileira da educação, esta foi a origem da Manifesto dos Pioneiros da Educação, divulgado em 1932.

CUNHA (1981) explica que essa nova consciência educacional (renovadora) que se inicia no Brasil gerou um corpo de idéias novas. Causou também uma disputa ideológica entre os pioneiros e a Igreja.

BOMENY (2000) explica que a sociedade a ser construída com o auxílio da sociologia cristã superaria o individualismo e o socialismo, pois suas bases não seriam o indivíduo, mas a família. Em busca de um papel político, a Igreja reconstruía seu discurso doutrinário e catequético. A educação aparecia então como uma área estratégica. Era um espaço institucionalizado que permitia articular a doutrina e a prática. Neste sentido estaria o ponto fraco da Igreja pois a demanda pressionava que a educação fosse condizente a industrialização levando a um ensino mais prático, voltado para o desenvolvimento de habilidades e competências. Era a Escola Nova que se encarregava de formular uma proposta educacional nessa direção. Assim, as críticas vão sendo substituídas por ataques sistemáticos ao governo e finalmente pelos ataques pessoais.

O grupo de intelectuais católicos produziu uma extensa literatura, assumindo uma posição nacionalista, caracterizada por fundas conotações moralistas, preocupados em extirpar da nação os vícios que a inquinam, que a corrompem e impedem a realização do que há de mais vital no país: a instauração da ordem.

Segundo CARVALHO (1998, p.42)

na medida em que o projeto social do reformadores era de um nacionalismo militante que identificava na educação seu instrumento principal, esta foi sobretudo invocada como recurso de moldagem do povo.

Houve uma campanha cívico educacional promovida pela ABE (Associação Brasileira de Educação) que amalgamou projetos nacionalistas diversos. Um deles, católico, enfatiza o papel das elites na construção de um nacionalismo a partir do sentimento patriótico existente na multidão. Os nacionalistas tinham a obrigação de indagar da consciência nacional quais as tradições e os costumes, as idéias que de fato lhe são essenciais. Dessa indagação surgia o resultado: *“o catolicismo é a força de ordem moral*

*e religiosa que arregimenta todas as forças do país, ou seja, o catolicismo é o cimento da unidade nacional e da coesão e harmonia social”*. (Idem, p. 43)

No projeto político de construção do Estado nacional há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Era indispensável, para que este plano fosse bem sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos. A igreja Católica, se devidamente mobilizada, poderia proporcionar esses conteúdos, símbolos e rituais a partir da religiosidade latente da população brasileira. (BOMENY, 2000, p.84)

Nesse clima começam os trabalhos da constituinte, acabando com as disputas com a aprovação de duas emendas religiosas. Nesse momento é nomeado como ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, homem em que a igreja depositava sua confiança.

A constituição de 1934 reflete a influência do pensamento católico, que deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais ele não conseguiria se consolidar. Durante o Estado Novo cresce a influência católica, ficando os escolanovistas em segundo plano, praticamente inexpressivos.

Sob essa influência se enquadraram perfeitamente as idéias nacionalistas do Estado. Deodato de Moraes, que foi técnico de Educação e Chefe do 10.º distrito Educacional da prefeitura do Distrito Federal, escreveu em 1941 sobre a Educação durante o Estado Novo refletindo sobre o nacionalismo e a disciplina, dizendo que

não há, porém, espírito nacionalista sem espírito de disciplina. A disciplina e o nacionalismo entrelaçam-se, por isso, no coroamento da obra democrática do Estado Nacional. Obedecer é um dever humano e um dever patriótico. O homem quanto mais evoluído mais obedece. (MORAIS, 1941, p.30)

O Exército vinha ajudando a modificar substancialmente a prática disciplinar, formalizando disciplinas a serem ensinadas: a educação moral, cívica, física, religiosa, familiar e a educação nacionalista. O Exército elabora ao longo do tempo uma pedagogia voltada a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem a às instituições.

LEVINE (1980) diz que a nova constituição aprovava o direito à educação confessional nas escolas públicas, o que alterava o princípio da separação entre a Igreja e o Estado em vigor desde 1890, para atender as reivindicações da Igreja, e representava uma vitória para ela e seu grupo de pressão. A Liga Eleitoral Católica incorporava também temas nacionalistas, como a restrição da imigração, a exclusão dos que não fossem brasileiros natos dos cargos eletivos, e a proporção dos “dois terços” nos empregos.

Essas medidas nacionalistas sempre são citadas como motivo de alegria e glória até mesmo pelo presidente em seus discursos.

O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo. Basta referir para tanto, os direitos e os benefícios assegurados aos nossos trabalhadores desde 1930, como sejam a organização sindical, a lei de 8 horas, a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, a lei chamada de 2/3, obrigando o aproveitamento de dois terços de nacionais em todos os estabelecimentos (...), aplicação da lei de férias e instituição de grande número de institutos de previdência social. (SILVA, 1939,p.59)

Havia de se definir um processo educativo baseado na disciplina, em hábitos de servir: servir a associação, servir à classe, servir à comuna, servir à nação. O costume de servir, instituído pela disciplina, acabará penetrando o subconsciente, tornando-se hábito

e sublimando-se na consciência de cada um, em sentimento do dever de servir, isto é, em sentimento do bem comum, em consciência cívica.

## 5. O DIP e o culto a imagem de Vargas

Toda a ordem, diz CANETTI (1983), compreende um impulso, de quem o emite, e um aguilhão, de quem o recebe. O aguilhão fica secreto, quase que imperceptível, um sinal positivo e consumado de que a ordem atingiu seu alvo.

CARNEIRO (2002) discute em seu livro as formas, usadas pelo Estado, de calar a população pela transmissão do medo. Ela diz que *“o fogo era elemento imprescindível nas encenações públicas do poder. De fenômeno natural, o fogo transforma-se em elemento-símbolo de purificação, configurado a imagem do inferno.”* (Idem, p. 10)

O herege, elemento crítico e contestador da “verdade” imposta, deveria ser eliminado. Mas, se o fogo destruía seu corpo nem sempre conseguia destruir suas idéias. Assim mesmo tentava-se. Como ? Queimando em praça pública os livros e seu autor. A queima de obras heréticas não foi uma prática característica apenas da Inquisição. Esta necessidade de “queimar” o perigo repetiu-se nos séculos posteriores transformando-se em rotina nos países regidos pelo totalitarismo ou autoritarismo. Simplesmente substituía-se a antiga expressão “em nome da Fé católica” por “Segurança Nacional”. Situação semelhante pode ser constatada no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas que, ideologicamente, adotou uma postura antiliberal, anticomunista, nacionalista e centralizadora. Um exemplo da utilização do fogo pelo governo de Getúlio foi a cerimônia de queima das bandeiras estaduais em 1937, com a explicação de que todos os estados deveriam se unir sob uma só bandeira, a nacional, acabando com confrontos entre os estados e unificando o Brasil.

A autora continua discutindo que durante o governo Vargas a purificação das idéias atingiu nível nacional. Livros perigosos foram farejados por todos os cantos do Brasil. Tanto o medo como a censura funcionavam como poderosos instrumentos de controle social emanado, cada qual ao seu modo, energia que, por sua vez, colaborava

para a sustentação do sistema autoritário. O medo faz calar, tem energia para isso. E, instalado pelo pânico (de propagação rápida) o medo sufoca.

O governo estadonovista buscava, como a maioria dos regimes autoritários, o singular, ou seja, a homogeneidade em todos os níveis, de forma a facilitar a dominação, o controle. E, nesta direção, múltiplos discursos foram articulados, oferecendo interpretações do mundo e da realidade brasileira, criando novos significados. A fim de superar a crise de legitimidade e interferir no imaginário político, o Estado procurou gerenciar o universo simbólico dos grupos subalternos mantendo-os, sempre que possível, alienados e conformados. E quanto aos imigrantes estrangeiros, desde que não se apresentassem como “revolucionários”, a idéia era de integrá-los ao grande projeto de construção nacional. No caso de reações em contrário, acionava-se um discurso estereotipado e carregado de estigmas que, propagado através dos principais meios de comunicação da época, contribuía para fortalecer o arsenal negativo edificado contra alguns grupos tradicionalmente excluídos.

O que menos importava era o valor da verdade contido na figuração mítica. Importava sim que o mito fosse tornado verdadeiro e, para tal, havia a necessidade da constatação, por parte da sociedade de massas, dos culpados. A censura funcionava como instrumento moralizador colaborando para a construção de uma imagem positiva do Estado. O DIP transformou-se numa verdadeira máquina dos sonhos, reafirmando o mito do salvador na figura de Getúlio Vargas, apresentado como o “pai dos pobres” capaz de ver, antever, prever e até castigar, se preciso. O DOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi responsável juntamente com o DIP e ministério da Educação e Saúde, por atos de saneamento ideológico que nos revelam como se processava a lenta mutilação do saber.

Segundo LENHARO (1986, p.105) com o golpe de estado em 1937

a grande organização burocrática mostrou-se portadora de mais um novo e poderoso componente do poder – a máquina de propaganda. Há inúmeros indícios de que antes disso, esboçava-se uma articulada e bem montada organização da propaganda. Após 37, entretanto, essa máquina se expande e se aperfeiçoa, consoante a introdução de novos elementos essenciais à sua implementação e, cada vez mais, direcionada para atuar como uma máquina de dominação.

Vargas, em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação em geral, como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. O ofício do jornalismo era por ele chamado de “sacerdócio cívico”. A criação do DIP em 1939 demonstrou cabalmente do que o Estado Novo foi capaz nesse setor. O órgão estava subordinado diretamente à presidência da República.

LAUERHASS (1986) explica que o Departamento de Imprensa e propaganda, chefiado por Lourival Fontes, dedicava-se principalmente a experimentar novos enfoques da nacionalização da cultura e à difusão emocional dos valores nacionais. Juntamente com as suas outras responsabilidades de propaganda e censura, o DIP esforçou-se para imbuir o público com um novo sentimento de dignidade e orgulho de ser brasileiro, em parte apoiado no reconhecimento das realizações políticas, econômicas, militares e sociais do regime de Vargas. De um modo geral, as diversas atividades do departamento constituíram um enorme esforço educacional, as vezes coordenado com os de outros órgãos, como escolas ou o exército, e outras vezes isolado. Além disso, ao mesmo tempo que publicava e distribuía material escrito de conteúdo nacionalista, o DIP utilizava outros meios de divulgação, como o filme e o rádio. Foi principalmente através do último que o departamento pôde atingir milhões de brasileiros, inclusive analfabetos e crianças, em regiões remotas do país, que não podiam ser alcançadas de outro modo. Também a novidade de programas como a “Hora do Brasil” concorreu para a propaganda do regime. Ao lado disso, o departamento introduziu

elementos de nacionalismo nas artes plásticas e na música, e fundou várias organizações patrióticas, dedicadas ao esporte ou a atividades juvenis. Simbolicamente, também promoveu o culto da Pátria, com a exibição de bandeiras, hinos, feriados, paradas, etc. assim como o culto a Vargas, como a própria personificação do nacionalismo brasileiro.

LEVINE (1980, p.109) diz ainda que

A crítica interna era moderada, em parte por pressão e intimidação, mas em parte por uma sensação geral de desafogo. Muitos recebiam com satisfação a mudança e o apelo à unidade nacional. Os jornais, por vezes azeitados pelo governo, teciam boas ao “Chefe da Nação”. Era a primeira vez na sua carreira política que Vargas tinha tão boa imprensa.

As relações entre Estado Novo e classes dirigentes são estreitas e cordiais. Oposição e crítica continuam a existir contra o governo, mas nesse momento a maior parte das classes mais favorecidas mantém contatos contínuos com Getúlio Vargas e seus representantes, numa recíproca troca de favores de maneira muito mais acentuada e original do que no passado. Entre 1930 e 1937, por exemplo, são comuns os conflitos políticos entre segmentos dirigentes e Governo Provisório. Agora, no entanto, “*a ditadura abafa todas as veleidades de liberdade política e o regime ditatorial impõe pressão que sufoca qualquer sentido oposicionista.*” (CARONE, 1977, p.38)

Alto comércio e Indústria de São Paulo repetem, todos os anos, a homenagem ao ditador. Em 1942 essa homenagem é particular porque

tenta inserir Getúlio Vargas numa visão mais global, histórica, para demonstrar a importância do fenômeno do ditador, uma das personagens de maior relevo no cenário mundial. Esse pensamento já estava feito não na rua ou no campo de batalha, mas no espírito de cada um (...) Getúlio Vargas representa a ordem para o Brasil, ser contra ele, se isso fosse possível, seria colocar-se contra a ordem, seria colocar-se contra o Brasil, seria colocar-se contra si mesmo. Graças a essa ordem admirável em que vivemos, de perfeito equilíbrio moral e material, é que nosso país se tornou exceção no mundo convulsionado

(...) O Estado Novo é o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizado não só no que se denomina Estado Nacional, ou Nação, como também em seus expoentes e chefes. Essa criação mítica é uma tentativa de lhe dar caráter e sentido permanente e fundamental. (...) Durante o Estado Novo esse fenômeno é de caráter complexo e pela primeira vez se manifesta contemporaneamente aos políticos, num momento em que se conjugam três fatores básicos: a movimentação de massa popular, a confusão de valores das classes dirigentes e a ação do Estado como forma de propaganda e pressão. Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-os públicos. ‘Estadista’, ‘Homem de ação’, ‘clarividente’, ‘pai dos pobres’ e centenas de outros epítetos marcam a personalidade mítica de Getúlio Vargas. (Idem, ibidem)

Deodato de Moraes escreveu ao público fazendo esse tipo de homenagem a figura de Vargas nas comemorações de quatro anos da instauração do Estado Novo, dizendo:

À sombra do Estado Novo, todos podemos viver sem inquietações nem ressentimentos, tranquilos, fraternos e seguros, uma vez que os nossos interesses e ideais jamais se coloquem acima dos interesses e ideais da nacionalidade (...) Vargas é o coordenador das forças vivas da nacionalidade, que põe a grandeza do Brasil acima dos interesses dos indivíduos e das classes. (MORAIS, 1941, pp.27-28)

O Culto a imagem de Vargas foi implementado pela publicação de diversas biografias do presidente, distribuídos nas portas das escolas, publicações que ressaltam a figura “excepcional” de Vargas e sua afeição pelos jovens e pelas crianças. Títulos como “Getúlio Vargas e a inteligência nacional”, de Joraci Camargo, “O sorriso do presidente”, de Paulo Roberto, “Getúlio Vargas e a arte no Brasil” de Oswaldo Teixeira, entre outros, criam uma imagem de onisciência de Vargas. Nesse tipo de material a imagem do presidente passou a representar, em nível discursivo, um modelo de conduta para o auditório infanto-juvenil.

No trecho extraído da publicação “Sr. Getúlio Vargas e o relevo histórico de sua missão nacional” podemos observar esse tipo de características.

Há nas revoluções forças destrutivas, forças telúricas, capazes de precipitar as nações pacientes do fenômeno revolucionário em regiões sombrias e caóticas. A ação perturbadora da revolução, que veio destruir entre nós uma sofrível legalidade de 30 anos, não foi mais profunda nos seus males, não atingiu a nacionalidade de maneira mais poderosa, porque o Brasil teve no Sr. Getúlio Vargas, o homem providencial, o amainador das tempestades, o espírito irredutível a quem, em boa hora, o destino entregou o patrimônio da cultura e da riqueza da Pátria. Graças ao milagre da personalidade getuliana, conseguimos salvar a Nação da desordem, da confusão, do primarismo que são, ao lado da flama heróica dos movimentos transformadores, as conseqüências fatais dos abalos das sociedades. (AMADO, 1937, p. 9)

PAULO (1987) discute em seu artigo que quase todos os temas tratados faz o jovem se sentir ora como objeto de discurso, ora como seu destinatário. O discurso veiculado, voltado para o ideal de nacionalidade, ou seja, a caracterização adjetiva do “ser brasileiro” no projeto ideológico do Estado, confere, portanto, ao jovem, um papel de destaque na edificação de uma nacionalidade, implementado pelo Estado Novo.

O DIP também exerceu influência nas escolas produzindo diversas cartilhas que eram utilizadas nas aulas. Getúlio precisa das crianças do país, especialmente aquelas em que floresce o espírito patriota e trabalhador, pois somente assim o futuro do país estará seguro, ou seja, em suas mãos. MOREIRA (2002) declara em sua monografia que essas cartilhas retratam Getúlio como a figura acabada do presidente ideal, o que deixa pouca opção senão apoiá-lo incondicionalmente, não havendo meios de prescindir a Vargas. Desta forma o que se vê é uma tentativa de estabelecer com cada jovem leitor um acordo de confiança e apoio mútuos: o presidente faz de tudo pelo país, e à criança cabe confiar em Vargas, considerá-lo um grande amigo, honrar os deveres para com a Pátria e se preciso lutar para que ele continue a poder trazer felicidade ao Brasil.

Vargas paira entre palavras e imagens. Aparece em seus quadros sorridente, ladeado de escolares também sorridentes, enquanto toca o rosto de uma menina, ao seu

lado, um menino leva a bandeira nacional. LENHARO (1986) diz que os textos produzidos são todos clamativos e incitam o leitor infantil para a ação. Há uma getulização dos textos escolares, estes recomendados pelo DIP, assim Getúlio aparece como o acontecimento histórico, como a personagem única que serve de guia para o país. Essa disseminação de imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadoras do controle, constituíram um dos recursos largamente utilizados pelos intelectuais do Estado Novo. Esse recurso atendia a uma finalidade imediata, por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que se visava transmitir.

Getúlio conciliava e personificava os anseios de toda uma população, mesmo quando estes eram conflitantes. A identificação do Estado com a nação estendia-se à figura do governante, e assim Vargas reivindicava para si a função de levar o país, por seu próprio esforço ao cumprimento dos “desígnios universais de Nação.”

Segundo BERTOLINI (2000, p.116)

o populismo manipula as representações sacralizadoras da política e enfatiza o culto ao chefe, apropriando-se do patriotismo e do nacionalismo para lhes infundir cunho romântico e conservador, e, dentro deste quadro geral, atribuir à educação a função de elemento subalterno dentre os instrumentos da política de segurança nacional.

## 6. As solenidades cívicas

As solenidades cívicas espetaculares, diz BERTOLINI (2000), as demais festividades patrióticas e as celebrações nacionalistas durante o Estado Novo se revestiram de um apuro e de um preparo que se prestaram para a abordagem dos fenômenos relativos às encenações de poder. As representações da unanimidade nacional articulavam-se com diversos espaços e com diversas instâncias das organizações estatais, possibilitando estabelecer relações entre o ideário político, as propostas pedagógicas, as reformas educacionais e suas tentativas de arregimentação de crianças, jovens, e adultos.

A busca de mensagens específicas para cada um destes segmentos, ou públicos alvo, foi notável. Ocorreu um intenso intercâmbio de formas de propaganda política, como também nas diretrizes dos projetos educacionais.

O autor continua dizendo que coube ao civismo, no espaço da escola e depois da sociedade, se apropriando dos espaços urbanos para seus rituais, repercutir as concepções sobre o patrimônio comum constituído pela história nacional.

Portanto, panteão de heróis republicanos, pais fundadores do estado nacional, patriarcas da independência, protomártires, todos eles são o indício irretorquível da ausência de efetiva soberania popular. São simulacros produzidos para preencher o vazio de acontecimentos históricos de grande significação política e institucional, mas de escassa repercussão popular. Por isso que a adesão a essas comemorações, que se revestem de grande pompa e de elevada cerimônia, teve que passar previamente pelos circuitos do espaço escolar, no caso da juventude, ou das organizações consentidas pelo estado, como os sindicatos reconhecidos, antes de ganhar o espaço das ruas e das praças. (Idem, p.124)

As solenidades cívicas do Estado Novo tiveram como destinatários a juventude, a classe operária e os cidadãos em geral, orientando a continuidade do regime. Essa

promessa dava andamento futuro às suas realizações. Sendo assim, “*atos cívicos traduziam um sentimento de brasilidade, na intensa vibração de entusiasmo popular dos assistentes ou na expansão dos sentimentos patrióticos dos participantes.*” (PAULO, 1987, p.110)

A figura da unidade nacional nestes espetáculos atingiu proporções e frequências até então inéditas na história da República brasileira, fazendo parte do cotidiano dos participantes e dos espectadores, deixando marcas indeléveis na memória coletiva nacional.

As campanhas tiveram um papel relevante nas diversas organizações que se dedicaram a promover a educação como significativo, senão primordial, instrumento para o engrandecimento nacional. Para BERTOLINI (2000), as formulações de cunho marcadamente autoritário buscavam infundir na população comportamentos que permitissem vislumbrar a nação brasileira por meio de inculcações de cunho patriótico e ufanista. Patriotismo, nacionalismo e civismo iriam convergir sobre o sistema educacional leigo, inspirando a redefinição do papel da moral na formação das novas gerações educadas nas escolas públicas.

As construções espetaculares do civismo e do patriotismo estadonovista apontam para uma instrumentalização da educação. O espaço escolar se transformou em um local privilegiado para a divulgação de mensagens legitimadoras do regime e de suas concepções autoritárias da história, propagando uma identidade coletiva.

Diz BERTOLINI (2000),

a construção da nacionalidade era definida em um horizonte bastante estreito com apostas políticas e alianças entre setores da sociedade civil que, nem de longe, haviam cogitado em construir uma comunidade humana assentada na pluralidade, no respeito mútuo, na valorização da diversidade étnico-cultural e na participação autônoma dos cidadãos.” (Idem, p.194)

Educar para quê? Educar para a pátria; disseram Capanema e Getúlio; educar para a participação, para o exercício da cidadania.

## 7. Características da Educação

Segundo CHAUI (1978, p.20),

o Estado surge, pois como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituí-las como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto a contradição capital-trabalho). O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil.

Para o Estado Novo, a menina dos olhos era a classe operária. Sem sua dominação ficava impossível cimentar as bases da nova sociedade e do novo Estado interligados. Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. As pessoas são descaracterizadas socialmente para serem recuperadas na perspectiva de uma identidade que a organicidade na Nação engendra através da harmonia social já alcançada.

O espaço social da escola, diz LENHARO (1986), é esquadrinhado de maneira neutralizadora, e envolvido numa redoma em defesa ao mundo externo, com tensão e conflito. O lar, a escola e a Pátria são as únicas referências utilizadas pois estão preenchidos de amor e desprovidos de conflito. Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heróico e para o “apostolado cívico”.

A educação talvez seja uma das traduções mais fiéis do que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um homem novo para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade reconhecida de socializar os

indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.

BOMENY (1999) fez um trabalho analisando o controle da ideologia da educação por parte do Estado. Ela diz que a associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle. Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e o que servirá a educação.

A ideologia do regime também era “*transmitida através das cartilhas infanto-juvenis e dos jornais, passando também pelo teatro, a música, o cinema, e marcando presença nos carnavais, festas cívicas e populares.*” (Fundação Getúlio Vargas, s/d, s/p)

BOMENY (1999) continua dizendo, o período do Estado Novo foi rico em exemplos dessa natureza. A definição de uma política educacional depois do golpe de 37 contou com a participação ativa do Exército, participação refletida em depoimentos ou mesmo em ações diretas do então ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Em documento dirigido a Vargas, em 1939, Dutra define a educação como setor de atividades estreitamente ligadas a segurança nacional.

O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares. (...) Torna-se difícil aos órgãos militares realizar totalmente seus objetivos previstos na Constituição, nas leis ordinárias e nos regulamentos, sem a prévia implantação, no espírito do público, dos conceitos fundamentais de disciplina, hierarquia e solidariedade, cooperação, intrepidez, aperfeiçoamento físico, de par com a subordinação moral e com o culto ao civismo, e sem integração da mentalidade da escola civil no verdadeiro espírito de segurança nacional. (Idem, p.142)

Assim, com a aproximação com o exército entre diversos outros grupos como a igreja e a ala conservadora, ocorreu um fortalecimento de uma política educacional de cunho mais burocrático e cívico, decorrência dos conflitos e dos processos de negociação.

O projeto de construção da nacionalidade calcada em elementos da vida e da cultura brasileiras, se serviria da educação como instrumento privilegiado. Segundo PRADO (2002, p.132)

a educação escolar era entendida, no seio do pensamento dos grupos dirigentes, como um elemento de homogeneização da população, conforme os princípios do Estado Nacional. Nacionalizando pela expansão da cultura brasileira, toda a nação, de forma padronizada.(...) A criação da disciplina Educação Moral e Cívica e dos Centros Cívicos pode ser vista como exemplo do alinhamento ideológico que o Governo imprimiu às práticas educacionais formais.

Do ponto de vista do governo, as práticas de convencimento eram cuidadosamente planejadas e uma visão de Estado, de democracia e de cidadania era estruturada a partir de necessidades do governo ditatorial. Assim observa-se a construção de um discurso, por meio do qual o real foi ressignificado, de maneira a conferir sentido a práticas políticas e, também às novas práticas discursivas legitimadoras. A construção de conceitos e ideais de educação no contexto do discurso do governo do Estado estava associada à elaboração de conceitos e ideais de homem.

Deodato de Moraes diz em seu artigo quais são estes conceitos e ideais de homem:

O Estado nacional firma a doutrina da obrigatoriedade da cultura física, do ensino cívico e dos trabalhos manuais, como expressões concretas da nova estrutura política. (...) Educar não é, pois, preparar o indivíduo isolado, incentivar seu egoísmo, alimentar predisposições interesseiras, cultivar capacidades de ambição e de choques (...), hoje não se educa o

indivíduo, mas a massa. (...) O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! Interesses de toda a espécie: culturais, morais, políticos, financeiros ou econômicos, cumpre que se exerçam vinculados aos interesses nacionais. Juventude disciplinada não é somente aquela que obedece aos mestres, mas aquela que não faz arruaças, não desrespeita as famílias, não diz palavrões, não foge aos deveres militares, integra-se varonilmente no sentido orgânico e construtivo da nacionalidade. (MORAIS, 1941, pp.28-35)

Conforme PRADO (2002, p.138)

o Estado, enquanto sentido articulador de noções e de outros sentidos determina, portanto, o lugar e o caráter do “homem brasileiro”, necessariamente nacionalizado no tempo e no espaço, diverso e uno, nacional e nacionalista.

O ardor patriótico foi uma característica nacionalista do Estado Novo, e se concentrou, inicialmente, no problema interno das minorias estrangeiras não assimiladas, o governo lançou uma ativa campanha de abasileiramento. Foram proibidos jornais em língua estrangeira, todas as escolas tinham de ser dirigidas por brasileiros e todas as aulas dadas em português, foram mudados os nomes estrangeiros de localidades, e os pais já não podiam mandar os filhos estudar no estrangeiro.

Segundo LAUERHASS (1986) uma preocupação nacionalista do período foi manifestada em seu programa de promover, popularmente, um sentimento de identidade nacional comum e positivo. Nesse sentido, Vargas procurou consolidar a fragmentária contribuição que os intelectuais vinham apresentando a vários anos, a canalizar os futuros esforços mais eficazmente através do sistema educacional e do DIP. Pois

modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o primeiro ministro Capanema, mas essas metas nem sempre foram alcançadas, pois muitas vezes esbarravam nos

procedimentos centralizadores e burocráticos do regime.” (Fundação Getúlio Vargas, s/d, s/p)

A missão fundamental das escolas, diz LAUERHASS (1986), foi redefinida como se destinando a estimular valores tais como a nacionalidade, a disciplina, o vigor físico, o trabalho e a moralidade, assim como ensinar os assuntos acadêmicos usuais. A História do Brasil, a Geografia e a Educação Moral e Cívica assumiram maior importância. As escolas deveriam servir ao duplo objetivo de formar, tanto profissionais competentes, como cidadãos conscientes de seus deveres nacionais, necessários ao progresso econômico e nacional.

Em 1942 foram promulgadas algumas das Leis Orgânicas de ensino, dentre as quais a do Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Decreto-lei 4.048), do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244) e do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141). Após a queda de Vargas foram promulgadas mais Leis Orgânicas pelo então ministro da educação Raul Leitão da Cunha: do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529), do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Decreto-lei 8.621 e 8.622) e do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613). Todas estas lei ficaram em vigor até 1961 com a aprovação da LDB, em discussão desde 1948.

Nesse momento não somente a classe oligárquica-rural buscava a instrução, a esta, aos poucos, somava-se uma pequena camada intermediária, que percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social, por esse motivo foram criados tantas leis acerca de um ensino profissionalizante.

A exposição de Capanema foi bastante clara em relação aos objetivos visados pela criação da Lei orgânica do Ensino Secundário. O ministro diz que <sup>1</sup>

o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades clássicas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.

Esse tipo de escola visa preparar uma elite dirigente imbuída “*da missão e dos ideais da nação*”, o que deixa claro o propósito de dirigismo doutrinário. A formação de uma consciência patriótica, de respeito aos valores maiores da Pátria, de manutenção da ordem social, aparecem com bastante insistência na exposição de Capanema.

Essa nova organização do ensino secundário prevê a Educação Moral e Cívica;

os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na Educação Moral e Cívica de seus alunos, buscando neles formar, como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios e de sua missão em meio aos outros povos. (Idem, p. 78)

Tão grande era a importância atribuída à Educação Moral e Cívica que ela não seria objeto de uma disciplina específica, porém estaria presente não só no currículo como no “*próprio processo da vida escolar, que, em todas as circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.*” (Idem, ibidem)

O Artigo 1.º fala sobre as finalidades do Ensino Secundário que são

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, s/d, s/p),

---

<sup>1</sup> - Relato do Ministro Gustavo Capanema à Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicada em 1974

ou seja, o ensino secundário deveria ser um ensino patriótico por excelência, dando ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação. Já os artigos 22.º, 23.º e 24.º, sobre a educação Moral e Cívica tem em mira que a finalidade do Ensino Secundário é formar as individualidades condutoras. O Ensino Secundário deveria: alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo e possibilitar a formação de lideranças.

Segundo ROMANELLI (1991, p.157) “*esta lei acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático, segundo o modelo de ideologia fascista*”. Esta lei chegou até a fazer alusão à existência de uma Juventude Brasileira, à semelhança das Juventudes Nazista e Fascista existentes então na Alemanha e Itália.

Com esta lei morriam os princípios da Educação Nova, proclamada pelos pioneiros. Vencia mais uma vez, portanto, a velha mentalidade católica.

Durante o Estado Novo a sociedade política invade áreas da sociedade civil, fazendo mudanças substanciais na educação. Segundo FREITAG (1986), o Estado temeu uma tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas tanto na infra como na superestrutura. Por essa razão a jurisdição estatal passou a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, ao seu controle direto. O Estado toma conta progressiva do sistema educacional, transformando-o gradualmente de instituição outrora privada da igreja em perfeito aparelho ideológico do Estado.

A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas. A partir da República, a educação vai se tornando cada vez mais importante em sua função adicional de

reprodução das estruturas de poder. Com o advento do Estado Novo a educação já começa a assumir todas as funções que lhes são atribuídas nas sociedades capitalistas modernas, além da reprodução da ideologia e da estrutura de classes com seu esquema de dominação e de exploração, a educação passa a assumir ainda a função de reprodução da força de trabalho.

A autora continua dizendo que

as mudanças estruturais que se tornaram necessárias, em decorrência deste fato, deveriam ser implantadas e consolidadas com auxílio e por intermédio da educação a fim de garantir a durabilidade do sistema. A importância atribuída à educação exigia que uma política educacional consciente facilitasse o funcionamento pleno em todas as instâncias da sociedade. (Idem, p.56)

Isso explica a concentração das atividades e decisões no campo educacional nas mãos do Estado, mediador e intérprete das classes capitalistas, interessadas na promoção do desenvolvimento capitalista.

## 8. Conclusões

BOMENY (1999, p.166) finaliza seu trabalho dizendo que

o grande projeto a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira (...) Uma das dimensões estratégicas para o avanço de tal programa nacionalizador foi, indiscutivelmente, a educação.

As reformas educacionais da gestão Capanema começaram a surgir em 1942. Apesar de o Estado Novo ter sido extinto em 1945, elas continuaram por muitos anos, com alguns reajustes e correções. Essa longa permanência é explicável. *“Morreu o Estado Novo, mas não morreram os seus principais expoentes que, com nova roupagem, continuaram a impor a sua ideologia conservadora.”* (CUNHA, 1981, p.98)

A questão educacional nesse período, de acordo com PRADO (2002, p.132),

é um tema dos mais interessantes por se ligar ao aspecto de modernidade. (...) Afirma-se pretender abolir o modelo tradicional de relações sociais, inaugurando-se um novo tipo: moderno, urbano, voltado para os ‘novos tempos’, em termos das sociedades como um todo, especialmente no que se refere à educação, dada a sua importância estratégica como reprodutora de idéias e comportamentos.

Para BERTOLINI (2000), nos dias atuais quando a educação não é avaliada a partir dos resultados mediante o reforço da participação política e do exercício da cidadania, mas do seu relativo sucesso perante os parâmetros dos mercadores e dos financistas, pode-se assegurar que o período da construção da nacionalidade se encerrou. O individualismo exacerbado e a indiferença para com os destinos coletivos, hoje encarados como naturais reações face ao caráter rapinante dos proprietários e dos

governantes, irão selar o caminho para uma sociedade que se coloque como resultado dos valores que decidiu abraçar coletivamente.

O ensino orientado durante o Estado Novo, visava conformar o cidadão político, dedicado a construir e fortalecer a nação, ao passo que, em nossos dias, dá preferência à formação do homem econômico, destinado a competir e enriquecer, indiferente a solidariedade comunitária. Em meio a tanto exemplos, encontrados tanto no sistema de ensino atual quanto nos sistemas passados, a educação é um meio de formação ideológica utilizada demagogicamente pelas elites dirigentes em favor de seus interesses, e a população mais carente nada tem a fazer, por não possuir conhecimentos, a não ser assistir e concordar com que lhe é passado.

Porém deve haver revoltas e lutas populares para que isso não ocorra, ao exemplo do próprio período estudado, de forte repressão, havia revoltas e revoluções populares contra o que era feito a eles. Devemos seguir o exemplo desse período não somente nas áreas ruins (alienação da população) mas também nas áreas protestantes e libertárias.

## 9. Referências Bibliográficas:

- AMADO, Gilson, CUNHA, Nobrega da, GRIECO, Agrippino, TIGRE, Bastos. **O Sr. Getúlio Vargas e o relevo histórico de sua missão nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República – De 1930 à 1960**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- BERTOLINI, Carlos Américo. **Encenações patrióticas: A educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945)**. 2000, 232 f. Dissertação de mestrado em Educação, Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.
- BILLI, Marcelo e VASCONCELOS, Frederico. O petróleo é da nação. **Folha de S. Paulo**. Caderno Especial A, p.2, 22 de agosto, 2004.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.137-166.
- BOMENY, Helena M. B., COSTA, Vanda M. R., SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BRASIL, Governo Federal. **História Brasileira**. Disponível em <[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)>, acesso em 10/11/04, s/d.
- BRASIL, Governo Federal. **Decreto-lei 4.244**. Disponível em <[www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)>, acesso em 12/10/05, s/d.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional – Sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- CANETTI, Elias. **Massa e poder**: Tradução de Rodolfo Krestan. São Paulo, Melhoramentos/ EUB, 1983.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas**. São Paulo: Ateliê Editorial: FADESP, 2002.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977.
- CARVALHO, Marta Maria **Chagas de. Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança paulista, SP: EDUSF, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, M. S. Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Estado Novo**. Disponível em <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>, acesso em 9/11/04, s/d.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Patriotismo e nacionalismo**. São Paulo: M. Ohno, 1997.
- LAUERHASS, Jr. Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Unicamp, 1989.
- LESSA, Carlos. Nacionalismo após o furacão neoliberal. **Folha de S. Paulo**. Caderno Especial A, p.2, 22 de agosto, 2004.
- LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MORAIS, Deodato de. Educação e Estado Novo In: **Cultura Política** n.º 9, Rio de Janeiro, novembro de 1941, p. 26-36.

- MOREIRA, Patrícia Cristina Fincatti. **Getúlio Vargas na escola brasileira: materiais didáticos e culto à personalidade no Estado Novo**. 2002, 32 f. Monografia de bacharelado em Pedagogia, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PAULO, Heloísa H. de J. O DIP e a juventude: Ideologia e propaganda estatal (1939/1945) In: **Revista brasileira de história**, n.º 14, São Paulo, março/agosto 1987, p. 99-113.
- PRADO, Adonia Antunes. Estado autoritário e representações sociais no Brasil In: **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, n.º 5, Rio de Janeiro, maio de 2002, p. 128-141.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- SILVA, Avilmar. O Novo Brasil: Ensaio Político. DIP, 1939.
- TEIXEIRA, Alex Niche. **O Estado Novo e a Era J.K.** Disponível em <[www.professoralex.pop.com.br](http://www.professoralex.pop.com.br)>, acesso em 10/11/04, s/d, p. 01-03.

